

Elpídio Donizetti

Curso de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

23^a | revista,
edição | atualizada
e ampliada

 | atlas

Sumário

Índice do quadros esquemáticos.....	LXV
-------------------------------------	-----

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1. O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015.....	3
1. O Direito Processual Civil.....	3
1.1 Conceito e fontes	3
1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do Código.....	7
1.2.1 A estrutura do Código atual	8
1.2.2 Os diversos tons do Código atual	9
1.2.3 <i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	12
1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil	13
1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente.....	15
2. A principiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais.....	21
1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	21
1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo	22
1.2 O “modelo constitucional do processo”	23
2. Princípios processuais como direitos fundamentais	24
2.1 Introdução: princípios, regras e valores	24
2.2 Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	26
2.3 Positivação infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais..	27
2.4 Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais	27

3.	Os princípios e as garantias processuais.....	27
3.1	Princípio do devido processo legal	28
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º	30
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º.....	31
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	32
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º.....	32
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º	33
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º	35
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	36
3.9	Princípio da ampla defesa	38
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	39
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	40
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º.....	41
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º.....	42
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º.....	42
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º.....	43
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º.....	44
3.17	Princípio da lealdade processual	44
3.18	Princípio da motivação – art. 11	44
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	45
3.20	Princípio da imparcialidade.....	46
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência.....	47
4.1	Princípio do juízo natural	47
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	48
4.3	Princípio da identidade física do juiz	48
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível)	49
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	49
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição.....	50
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo	50
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	50
4.9	Princípio da economia processual	52
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado).....	52
4.11	Princípio da verdade real.....	54
4.12	Princípio da oralidade	54
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo	54
4.14	Princípio da congruência	54
3.	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15)	59
1.	Introdução.....	59
1.1	A lei processual civil no espaço	59

1.2	A lei processual civil no tempo	60
1.2.1	Direito intertemporal.....	64
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	66
4.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil	69
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual	69
2.	Jurisdição.....	70
2.1	Conceito de jurisdição.....	70
2.2	Características da jurisdição	70
2.2.1	Unidade.....	70
2.2.2	Secundariedade	73
2.2.3	Substitutividade.....	74
2.2.4	Imparcialidade.....	75
2.2.5	Criatividade.....	75
2.2.6	Inércia	77
2.2.7	Definitividade.....	77
2.3	Princípios da jurisdição.....	78
2.3.1	Princípio do juízo natural	78
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	79
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade)	80
2.3.4	Princípio da inevitabilidade	81
2.3.5	Princípio da indelegabilidade	81
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	81
3.	Tutela jurisdicional.....	84
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	86
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais	88
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	91
3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	92
4.	Meios alternativos de pacificação social	95
4.1	Autotutela	96
4.2	Mediação e conciliação	96
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	97
5.	Arbitragem	98
6.	Ação	101
6.1	Conceito e evolução.....	101
6.2	O CPC/2015 e as “condições da ação”	104
6.3	Elementos da ação.....	105
6.4	Classificação das ações	108
7.	Processo	111
7.1	Conceito.....	111

7.2	As várias visões do processo	114
7.2.1	Processo e procedimento	114
7.2.2	Processo como contrato	115
7.2.3	Processo como quase contrato	116
7.2.4	Processo como relação jurídica	116
7.2.5	Processo como situação jurídica	116
7.2.6	Processo como instituição jurídica	117
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório.....	117
7.2.8	Processo como entidade complexa.....	118
7.3	Sujeitos do processo	119
7.4	Espécies de processo	119
8.	Pressupostos processuais.....	120
9.	Pressupostos e requisitos processuais.....	121
10.	Os diversos planos do mundo jurídico	121
10.1	O plano da existência.....	122
10.2	O plano de validade	122
10.3	O plano de eficácia.....	122
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais	123
11.1	Pressupostos processuais subjetivos	123
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda.....	126
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade	127
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual.....	132
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	133
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	135
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte.....	139
11.8	Teorias da exposição e da asserção.....	139
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	142
5.	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41).....	145
1.	Introdução.....	145
2.	Limites da jurisdição nacional.....	146
2.1	Competência concorrente	147
2.2	Competência exclusiva	149
2.3	Cláusula de eleição de foro.....	150
3.	Cooperação internacional.....	151
3.1	Introdução.....	151
3.2	Autoridade central.....	152
3.3	Reciprocidade	153
3.4	Mecanismos de cooperação internacional.....	153

3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	154
3.4.2	Carta rogatória.....	155
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira.....	156
6.	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69).....	159
1.	Introdução.....	159
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	159
2.1	Princípio do juízo natural.....	159
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenzkompetenz</i>).....	160
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)....	160
3.	Critérios determinativos da competência.....	161
3.1	Critério objetivo.....	161
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	161
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	162
3.2	Critério funcional.....	165
3.3	Critério territorial.....	166
3.3.1	Foro geral.....	166
3.3.2	Foros especiais.....	168
4.	Metodologia para determinação da competência.....	170
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	172
6.	Modificação da competência.....	173
6.1	Prorrogação.....	174
6.2	Conexão e continência.....	174
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência).....	177
7.	Prevenção.....	177
8.	Regra da acessoriedade.....	179
9.	Conflito de competência.....	179
10.	Cooperação nacional.....	180
7.	Partes e procuradores (arts. 70 a 112).....	185
1.	Partes.....	185
1.1	Conceito.....	185
1.2	Capacidade de ser parte.....	186
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	188
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	189
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75.....	190
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	193
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	193
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	196

1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil.....	199
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	200
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais.....	200
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo	201
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	202
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	204
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	209
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	211
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	218
2.	Procuradores.....	222
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados	222
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	223
2.2.1	Requisitos da procuração.....	224
2.3	Direitos dos advogados.....	225
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	227
8.	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	229
1.	Conceito	229
2.	Classificação do litisconsórcio.....	229
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	231
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual.....	232
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	232
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	234
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	235
7.	Autonomia dos litisconsortes	236
9.	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138)	241
1.	Noções gerais	241
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015 ...	242
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	243
2.1	Conceito.....	243
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente	243
2.2.1	Assistência simples.....	244
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão	244
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	245
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	246

3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	248
3.1	Conceito.....	248
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	248
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúnciação.....	251
3.4	Procedimento.....	252
3.5	Procedimentos que admitem a denúnciação.....	252
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora	253
3.7	Julgamento da denúnciação da lide e verbas de sucumbência.....	255
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132)	256
4.1	Conceito.....	256
4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	257
4.3	Procedimento.....	258
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos	259
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	261
5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137)	262
5.1	Noções gerais	262
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma	265
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	265
5.4	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	266
5.5	Hipóteses de cabimento.....	267
5.6	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica.....	268
5.7	Efeitos da desconsideração.....	269
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	272
6.1	Introdução.....	272
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	273
6.3	Natureza jurídica.....	273
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade.....	274
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais	275
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	276
6.5.2	Procedimento para a intervenção	277
6.5.3	Momento para a intervenção.....	277
6.5.4	Interposição de recursos	278
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção	278
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas	279
6.5.5	Necessidade de advogado.....	279
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015?.....	281
8.	A intervenção anômala das pessoas de Direito público.....	282

10. O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175)	285
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	285
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional	292
3. Limites da decisão	293
4. Princípio da identidade física do juiz	294
5. Responsabilidades do juiz	294
6. Impedimentos e suspeição	295
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos	297
7. Auxiliares da justiça	299
11. As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF).....	305
1. Introdução.....	305
2. As funções essenciais à justiça	306
2.1 O Ministério Público	307
2.1.1 Natureza da atuação.....	307
2.1.2 Princípios institucionais.....	308
2.1.3 Formas de atuação.....	309
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo.....	312
2.1.5 Prazos e responsabilidades.....	312
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência	313
2.1.7 Legitimidade para recorrer	313
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil.....	314
2.2 A Advocacia Pública	318
2.2.1 Funções.....	319
2.2.2 Autonomia	319
2.2.3 Formas de atuação.....	320
2.2.4 Prazos e responsabilidades.....	321
2.3 A Defensoria Pública	322
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea	323
2.3.2 Funções.....	323
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no CPC atual	324
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade.....	326
2.3.4 Princípios institucionais.....	328
2.3.5 Prazos e responsabilidades.....	329
2.4 A Advocacia Privada.....	330
12. Atos processuais (arts. 188 a 293).....	331
1. Conceito	331
2. Classificação dos atos processuais.....	332
2.1 Atos das partes	332

2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz.....	333
2.2.1	Sentença.....	333
2.2.2	Acórdão	334
2.2.3	Decisão monocrática de relator.....	334
2.2.4	Decisão interlocutória	334
2.2.5	Despachos	334
2.3	Atos do escrivão.....	335
3.	Forma dos atos processuais.....	335
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais	337
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	339
4.1	Assinatura eletrônica	340
4.2	Informática jurídica	342
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais	344
6.	Publicidade dos atos processuais	345
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	345
8.	Férias e feriado forenses	347
9.	Os prazos processuais	350
9.1	Classificação dos prazos	352
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais.....	354
9.3	O curso dos prazos	356
9.4	Contando os prazos.....	359
9.4.1	Termo inicial dos prazos	360
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo.....	363
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública	363
10.	Preclusão	363
11.	Descumprimento de prazos e penalidades.....	364
12.	Comunicação dos atos processuais.....	365
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações	366
12.2	Citação	368
12.2.1	Citação pelo correio. É a regra.....	369
12.2.2	Citação por oficial de justiça.....	371
12.2.3	Citação por edital	371
12.2.4	Citação por meio eletrônico	372
12.2.5	Efeitos da citação.....	372
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação.....	373
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	375
12.5	Intimação.....	376
13.	Nulidades.....	376
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia.....	377
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	377

13.3	Sistema de nulidades no CPC.....	378
13.3.1	Considerações gerais	378
13.3.2	Momento de arguição da nulidade	379
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos	379
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público	380
13.	Tutela provisória (arts. 294 a 311).....	385
1.	Noções gerais	385
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias.....	387
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	389
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295)	389
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i>) ...	389
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único).....	390
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298)	391
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299)	391
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado	391
4.	Tutela provisória e recurso.....	392
5.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	393
6.	Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	396
6.1	Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	396
6.2	Requisitos para concessão das tutelas de urgência	397
6.3	Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência.....	398
6.4	Momento para o deferimento das tutelas de urgência	398
6.5	A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada	399
6.6	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência	400
6.6.1	Sentença desfavorável (art. 302, I)	402
6.6.2	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II)	403
6.6.3	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III)	403

6.6.4	Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV).....	403
7.	Da tutela cautelar.....	404
7.1	Das tutelas idôneas para asseguaração do direito.....	404
7.2	A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo.....	406
7.3	A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	407
7.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente.....	407
7.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar.....	408
7.3.3	As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo.....	408
7.3.4	Momento para formulação do pedido principal.....	410
7.3.5	E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar?.....	412
7.3.5.1	Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar.....	412
7.3.6	O pedido principal – procedimento.....	414
7.3.7	Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	415
8.	Da tutela antecipada.....	417
8.1	Linhas gerais sobre a tutela antecipada.....	417
8.2	Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada.....	418
8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente....	418
8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	419
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar.....	420
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	420
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente.....	421
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças.....	423
8.3.5	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	424
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada....	425
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias?.....	427
9.	Da tutela da evidência.....	430
9.1	Noções gerais.....	430
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência.....	432
14.	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317).....	439
1.	Visão geral do processo.....	439
2.	Formação da relação processual.....	439

2.1	Estabilização do processo.....	440
3.	Suspensão do processo	440
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	441
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II).....	442
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição.....	442
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	442
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>).....	443
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	444
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII)	444
3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII)	445
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X) ...	445
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso	447
4.	Extinção do processo.....	447

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1.	Procedimento comum (arts. 318 a 512)	451
1.	Noções gerais.....	451
2.	Determinação do procedimento	452
3.	Visão geral do procedimento comum	452
4.	Fase postulatória.....	453
4.1	Petição inicial.....	453
4.1.1	Requisitos da petição inicial	454
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	456
4.1.2	O pedido e suas espécies	457
4.1.3	Alteração do pedido.....	458
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação	458
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição	459
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	459
4.2.3	Deferimento da petição inicial	459
4.2.4	Indeferimento da petição inicial	459
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	461
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar.....	461
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar	464
4.3	Audiência conciliatória.....	465

4.4	Resposta do réu.....	467
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	467
4.4.2	Contestação.....	471
4.4.2.1	Convenção de arbitragem.....	475
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	476
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu.....	477
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	479
4.4.3	Reconvenção.....	479
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta.....	481
4.5	Revelia.....	482
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo.....	486
5.1	Extinção do processo.....	486
5.2	Julgamento antecipado do mérito.....	487
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	487
6.	Saneamento e organização do processo.....	488
7.	Fase instrutória ou probatória.....	490
7.1	Audiência de instrução e julgamento.....	491
7.2	Provas.....	493
7.2.1	Produção antecipada da prova.....	498
7.2.2	Ata notarial.....	499
7.2.3	Depoimento pessoal.....	500
7.2.4	Confissão.....	501
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	503
7.2.6	Prova documental.....	506
7.2.7	Arguição de falsidade.....	508
7.2.8	Documentos eletrônicos.....	510
7.2.9	Prova testemunhal.....	511
7.2.10	Prova pericial.....	515
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial.....	516
7.2.10.2	Prova técnica simplificada.....	516
7.2.10.3	Perícia consensual.....	517
7.2.10.4	Procedimento.....	517
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	520
7.2.10.6	Nova perícia.....	521
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	522
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	522
7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição.....	522
7.2.10.10	Substituição do perito.....	523
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	524
7.2.11	Inspeção judicial.....	526

7.2.11.1	Procedimento.....	527
8.	Fase decisória.....	528
8.1	Considerações gerais.....	528
8.2	Conceito de sentença.....	529
8.3	Sentença terminativa.....	529
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	529
8.4	Sentença definitiva.....	533
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	537
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	538
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	541
8.7	Conformação da sentença ao pedido.....	543
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	544
8.9	Sentença condicional.....	545
8.10	Sentença e fato superveniente.....	546
8.11	Modificação da sentença.....	547
8.12	Efeitos da sentença.....	548
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	549
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	551
8.15	Remessa necessária (art. 496).....	552
9.	Coisa julgada.....	556
9.1	Introdução.....	556
9.2	Conceito de coisa julgada.....	557
9.3	Limites da coisa julgada.....	559
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	559
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	561
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	562
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa.....	565
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas.....	565
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos...	567
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	569
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	569
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	570
9.6	Relativização da coisa julgada.....	571
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	575
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512).....	577
10.1	Noções gerais.....	577
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor.....	577
10.3	Liquidação na pendência de recurso.....	578
10.4	Procedimento.....	578
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	579

10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	580
10.5	Outros aspectos da liquidação.....	580
2.	Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538)	583
1.	Introdução.....	583
2.	Títulos executivos judiciais.....	584
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença	588
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes	591
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	594
4.1	Procedimento.....	596
5.	Cumprimento definitivo	597
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo	603
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença	603
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	604
5.3.1	Legitimidade	605
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo	605
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação.....	605
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo.....	611
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	612
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	614
6.1	Introdução.....	614
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão	616
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	617
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	618
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios	618
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios.....	619
6.7	Abandono material	620
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	621
7.1	Introdução.....	621
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	622
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	622
7.2.2	Pagamento por meio de RPV	624
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988.....	626
7.3	Procedimento.....	627
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	628
7.3.1.1	Honorários na execução invertida.....	629
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	629
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer	630
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	631
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	633

9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização.....	634
3.	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	635
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	635
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	636
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	637
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009)	638
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	638
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	640
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	641
4.1	Considerações gerais.....	641
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	642
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	645
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais	648
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	649
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	650
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	651
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	652
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	653
6.	Capacidade postulatória.....	654
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio	656
7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	656
7.1.1	Procedimento	658
8.	Intervenção do Ministério Público	659
9.	Medidas de urgência	659
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	660
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	661
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais.....	661
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	662
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	662
12.	Seqüência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	662
12.1	Seqüência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	662
12.2	Seqüência dos atos nos Juizados Especiais federais.....	664
12.3	Seqüência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	665
13.	Recursos cabíveis.....	665
13.1	Considerações gerais.....	665

13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação)	667
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão.....	668
13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela.....	670
13.5	Recurso extraordinário.....	671
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	672
14.	Outros meios de impugnação das decisões	675
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	679
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo	679
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	682
17.1	Juizados Especiais estaduais.....	682
17.2	Juizados Especiais federais	684
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública	686

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1.	Procedimentos especiais (arts. 539 a 770).....	695
1.	Introdução.....	695
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	696
2.1	Noções gerais.....	696
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	699
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	700
2.4	Modalidades de consignação.....	701
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	701
2.4.2	Consignação judicial.....	703
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	703
2.5.1	Legitimidade ativa.....	703
2.5.2	Legitimidade passiva.....	704
2.6	Foro competente.....	704
2.7	Procedimentos da consignação	705
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	705
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	706
2.8.2	Valor da causa	707
2.8.3	Citação.....	707
2.8.4	Atitudes do réu	707
2.8.5	Respostas do réu.....	708
2.8.6	Complementação do depósito.....	709
2.9	Instrução.....	709
2.10	Sentença.....	709

2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	709
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente.....	709
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	710
2.11.3	Resgate de aforamento.....	710
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	713
3.1	Noções gerais.....	713
3.2	Prazo prescricional.....	714
3.3	Legitimidade.....	714
3.4	Competência.....	715
3.5	Procedimento.....	715
3.5.1	Primeira fase.....	716
3.5.1.1	Respostas possíveis.....	716
3.5.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	718
3.5.2	Segunda fase.....	718
3.5.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	720
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568).....	723
4.1	Noções gerais sobre a posse.....	723
4.2	Natureza jurídica da posse.....	724
4.3	Classificação da posse.....	724
4.4	Proteção possessória.....	725
4.4.1	Uma pitada de história.....	725
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório.....	726
4.4.3	Ações possessórias típicas.....	727
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	728
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	730
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	731
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias.....	732
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	732
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	732
4.7.2	Competência.....	733
4.7.3	Petição inicial.....	734
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	736
4.7.4.1	Justificação prévia.....	737
4.7.5	Respostas do réu.....	737
4.7.5.1	Reconvenção.....	739
4.7.5.2	A exceção de domínio.....	739
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos..	740

4.9	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel	741
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	746
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação	746
5.2	Procedimento da ação demarcatória	747
5.3	Procedimento da ação divisória	749
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública	749
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	751
6.1	Introdução	751
6.2	Objeto	751
6.3	Legitimidade	752
6.4	Competência	753
6.5	Procedimento	753
6.5.1	Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e ma- joritário	754
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	757
7.1	Introdução	757
7.2	Espécies de inventário	759
7.3	Inventário negativo	759
7.4	Inventário extrajudicial	759
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial	761
7.5.1	Legitimidade	761
7.5.2	Competência	762
7.5.3	Intervenção do Ministério Público	763
7.5.4	Petição inicial	763
7.5.5	Administração provisória e inventariança	764
7.5.6	Primeiras declarações	765
7.5.7	Citação	766
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações	766
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações	767
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	768
7.5.11	Colaço e sonegação	768
7.6	A partilha propriamente dita	769
7.6.1	Sobrepartilha	770
7.6.2	Invalidação da partilha	771
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro	771
7.7	Procedimento do arrolamento sumário	772
7.8	Procedimento do arrolamento comum	773
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	780
8.1	Noções gerais	780
8.2	Legitimidade para os embargos	781
8.2.1	Legitimidade ativa	781

8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador	784
8.2.2	Legitimidade passiva	784
8.3	Competência	785
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	786
8.5	Procedimento	786
8.5.1	Petição inicial	786
8.5.2	Da liminar	787
8.5.3	Citação	788
8.5.4	Contestação	788
8.5.5	Sentença	788
8.6	Outras questões processuais	789
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	789
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes	790
9.	Oposição (arts. 682 a 686)	795
9.1	Introdução	795
9.2	Aspectos da oposição	795
9.3	Procedimento	795
10.	Habilitação (arts. 687 a 692)	796
10.1	Considerações gerais	796
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação	797
11.	Ações de família (arts. 693 a 699)	798
11.1	Introdução	798
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010	798
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010	800
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos	801
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros	802
11.3.2	Contestação	802
11.3.3	Reconvenção	803
11.3.4	Revelia	803
11.3.5	Tutelas provisórias	804
11.3.6	Sentença	805
11.4	Implicações da dissolução matrimonial	806
11.4.1	O nome de casado	806
11.4.2	Os alimentos	806
11.4.3	Guarda dos filhos	807
11.5	Reconhecimento e extinção de união estável	808
11.5.1	União estável como entidade familiar	808
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável	809
11.5.3	Extinção da união estável	810
11.6	Guarda, visitação e filiação	812

11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	812
11.7	Especificidades das ações de família.....	813
11.7.1	Foro competente.....	813
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação.....	815
11.7.3	Citação.....	815
11.7.4	Intervenção do Ministério Público.....	815
11.7.5	Alienação parental.....	816
12.	Ação monitoria (arts. 700 a 702).....	818
12.1	Introdução.....	818
12.2	Natureza jurídica da ação monitoria.....	820
12.3	Legitimidade e interesse de agir.....	821
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitoria.....	823
12.5	Objeto da ação monitoria.....	826
12.6	Competência.....	826
12.7	Procedimento.....	827
12.7.1	Petição inicial.....	827
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitorio.....	828
12.7.3	Citação.....	828
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	829
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitorios.....	830
12.7.6	Processamento dos embargos.....	831
12.8	Sentença.....	832
12.9	Coisa julgada.....	833
12.10	Execução.....	834
12.11	Outras questões processuais.....	835
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitoria em face da Fazenda Pública.....	835
12.11.2	Ação monitoria contra incapazes.....	836
12.11.3	Ação monitoria contra massa falida e devedor insolvente.....	836
12.11.4	Litigância de má-fé.....	837
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706).....	839
13.1	Introdução.....	839
13.2	Homologação judicial.....	840
13.3	Homologação extrajudicial.....	840
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711).....	842
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	844
16.	Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015.....	846
2.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770).....	849
1.	Disposições Gerais.....	849

1.1	Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	850
1.2	Procedimentos previstos no art. 725.....	854
2.	Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	856
3.	Alienações judiciais (art. 730)	857
4.	Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734).....	858
4.1	Noções gerais	858
4.1.1	A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?.....	859
4.1.2	Manutenção da separação judicial e extrajudicial	861
4.2	Separação judicial consensual	863
4.3	Divórcio judicial consensual.....	864
4.4	Extinção consensual de união estável.....	864
4.5	Alteração do regime de bens do matrimônio.....	865
4.6	Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável	867
4.6.1	Petição inicial.....	867
4.6.2	Tentativa preliminar de reconciliação	868
4.6.3	Sentença.....	869
4.7	Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	870
4.7.1	Generalidades	870
4.7.2	Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	871
4.7.3	As formalidades da escritura pública	873
4.7.3.1	Conteúdo da escritura pública	873
4.7.3.2	Efeitos da escritura.....	874
4.7.4	Presença do advogado	874
4.7.5	Condições para o acesso à via extrajudicial.....	875
4.7.6	Atuação do Ministério Público.....	875
4.7.7	O papel do tabelião	875
5.	Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	880
6.	Herança jacente (arts. 738 a 743)	883
7.	Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	884
7.1	Disposições suprimidas pelo CPC atual	885
8.	Das coisas vagas (art. 746)	886
9.	Da interdição (arts. 747 a 758)	887
9.1	Considerações gerais.....	887
9.2	Procedimento da interdição.....	890
9.2.1	Competência	890
9.2.2	Legitimidade	891
9.2.3	Competência.....	892

9.2.4	Petição inicial.....	893
9.2.5	Citação e demais atos do processo	894
9.2.6	Levantamento da curatela	896
9.2.7	Interdição parcial.....	896
9.3	Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763)	897
10.	Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	899
10.1	Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	899
10.2	Extinção da fundação	900
11.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770).....	901
11.1	Noções gerais	901
11.2	Procedimento.....	902

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1.	Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	905
1.	Introdução	905
2.	Tutela executiva	906
3.	Competência para a execução	910
3.1	Modificação ou prorrogação da competência	910
3.2	Prevenção do juízo executivo	911
3.3	Declaração de incompetência na execução.....	912
3.4	Conflito de competência na execução	912
4.	A ação de execução	912
4.1	Requisitos processuais da ação executiva.....	913
4.1.1	Legitimidade para a execução	914
4.1.2	Interesse processual para a execução.....	915
4.2	Princípios da execução	916
5.	Requisitos ou pressupostos processuais da execução	918
5.1	Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	918
5.2	Pressupostos específicos do processo executivo	919
6.	Títulos executivos.....	920
7.	Cumulação de execuções	927
8.	Atos do processo executivo	927
9.	Partes na execução	928
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução.....	931
9.2	Sucessão processual na execução	932
9.3	Litisconsórcio na execução	933

10. Intervenção de terceiros no processo de execução.....	934
11. Responsabilidade patrimonial.....	937
11.1 Responsabilidade originária.....	937
11.2 Responsabilidade secundária.....	937
11.3 Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	939
11.4 Fraude à execução	940
11.4.1 Fraude à execução e bem não sujeito a registro	941
11.4.2 Efeitos da alienação.....	942
11.4.3 Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	942
11.4.4 Fraude à execução x fraude contra credores.....	943
12. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	944
2. Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	951
1. Introdução.....	951
2. Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	953
2.1 Execução para entrega de coisa certa.....	953
2.2 Execução para entrega de coisa incerta.....	954
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	956
3.1 Considerações gerais.....	956
3.2 Execução das obrigações de fazer	956
3.3 Execução das obrigações de não fazer.....	958
4. Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	959
4.1 Considerações gerais.....	959
4.2 Proposição da ação de execução.....	960
4.2.1 Averbação da execução nos registros públicos.....	960
4.3 Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora	962
4.3.1 Impenhorabilidade.....	966
4.3.2 Aspectos importantes relativos ao bem de família.....	974
4.3.3 Indicação de bens à penhora	980
4.3.4 Penhora por termo nos autos	983
4.3.5 Arresto ou penhora <i>on-line</i>	984
4.3.6 Penhora sobre bem indivisível	990
4.3.7 Penhora de créditos.....	991
4.3.7.1 Penhora no rosto dos autos.....	992
4.3.7.2 Penhora de mão própria.....	992
4.3.8 Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas.....	993
4.3.9 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes....	993
4.3.10 Penhora de percentual de faturamento de empresa	994
4.3.11 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	996
4.3.12 Avaliação dos bens penhorados	997
4.3.13 Intimação da penhora.....	998

4.3.14	Substituição da penhora	1002
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1004
4.4	Expropriação	1004
4.4.1	Adjudicação	1005
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial).....	1008
4.4.2.1	Atos preparatórios	1011
4.4.2.2	Do leilão	1012
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação	1016
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação ..	1017
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1019
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante	1020
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos	1021
4.5	Satisfação do crédito	1021
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1022
4.5.2	Concurso de preferência	1023
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1024
5.	Execução contra a Fazenda Pública (art. 910).....	1030
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	1031
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1034
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1037
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1048
8.1	Noções gerais	1048
8.2	Caracterização da insolvência	1049
8.3	Legitimação para a insolvência	1050
8.4	Competência para a insolvência	1050
8.5	Procedimento da insolvência.....	1050
8.5.1	Etapa de conhecimento	1051
8.5.2	Etapa da administração	1052
8.5.3	Etapa da liquidação	1053
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência.....	1054
3.	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1057
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica	1057
2.	Embargabilidade da execução	1058
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado	1059
4.	Juízo competente	1060
5.	Embargos à execução	1061
5.1	Matérias argúveis nos embargos à execução	1061
5.2	Procedimento dos embargos.....	1065
5.2.1	Postulação	1065

5.2.2	Cognição preliminar.....	1066
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1069
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1070
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1071
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1072
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1073
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1074
4.	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925).....	1081
1.	Suspensão e extinção do processo de execução	1081
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1081
1.2	Da extinção da execução	1083
1.3	Prescrição intercorrente	1084
1.3.1	Prescrição intercorrente e necessidade de intimação pessoal....	1087

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1.	Precedente judicial (arts. 926 e 927)	1093
1.	Introdução.....	1093
2.	Precedentes	1093
2.1	Noções fundamentais	1093
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1093
2.1.2	<i>Civil law</i> e a questão da segurança jurídica	1095
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i>	1096
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i>	1097
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1098
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1100
2.3	A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015.....	1101
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1102
2.3.2	Uniformização da jurisprudência	1103
2.3.3	Precedentes obrigatórios	1105
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar.....	1108
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1109
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC.....	1110

2. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 e 993)	1115
1. Introdução.....	1115
2. Ordem dos processos nos tribunais.....	1115
2.1 Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais.....	1115
2.2 Das atribuições do relator	1117
2.3 Da preparação e do julgamento.....	1121
3. Processos de competência originária dos tribunais.....	1126
3.1 Incidente de assunção de competência (art. 947)	1126
3.1.1 Noções gerais.....	1126
3.1.2 Requisitos	1127
3.1.3 Procedimento	1128
3.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1129
3.2.1 Noções gerais.....	1129
3.2.2 Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade	1130
3.2.3 Procedimento	1130
3.2.4 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1131
3.3 Conflito de competência (arts. 951 a 959)	1132
3.4 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1133
3.4.1 Noções gerais.....	1133
3.4.2 Execução de medidas de urgência	1135
3.4.3 Requisitos e competência.....	1135
3.4.4 Procedimentos.....	1136
3.4.5 Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1136
3.5 Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1138
3.5.1 Considerações gerais	1138
3.5.2 Decisão de mérito	1139
3.5.3 Natureza jurídica da ação rescisória.....	1141
3.5.4 Pressupostos da ação rescisória.....	1141
3.5.5 Rescisão x anulação do julgado.....	1152
3.5.6 Competência.....	1153
3.5.7 Legitimidade ativa.....	1154
3.5.8 Legitimidade passiva.....	1155
3.5.9 Prazo	1156
3.5.10 Procedimento da ação rescisória.....	1159
3.5.10.1 Petição inicial (art. 968).....	1159
3.5.10.2 Depósito prévio	1161
3.5.10.3 Valor da causa.....	1162
3.5.10.4 Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e rejuízo da demanda (<i>iudicium rescisorium</i>)	1163

3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda	1164
3.5.12	Defesa do réu	1165
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1166
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória.....	1166
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1176
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto	1176
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1179
3.6.3	Procedimento	1180
3.6.4	Suspensão dos processos.....	1181
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados.....	1182
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1182
3.6.7	Tese paradigma e força normativa.....	1183
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1185
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1185
3.7.2	Procedimento da reclamação no CPC atual.....	1187
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias.....	1190
3.	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008).....	1193
1.	Teoria geral dos recursos.....	1193
1.1	Conceito.....	1193
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1194
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1195
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1195
1.3.2	Taxatividade.....	1195
1.3.3	Singularidade	1196
1.3.4	Fungibilidade.....	1197
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1199
1.3.6	Voluntariedade	1200
1.3.7	Dialecicidade.....	1200
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1202
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1203
1.4.1	Cabimento.....	1205
1.4.2	Legitimidade	1205
1.4.3	Interesse.....	1207
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1209
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso	1210
1.4.4	Tempestividade.....	1212
1.4.5	Preparo	1217
1.4.6	Regularidade formal	1221
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer... ..	1221

1.5	Efeitos dos recursos.....	1222
1.5.1	Efeito devolutivo.....	1222
1.5.2	Efeito translativo	1223
1.5.3	Efeito suspensivo.....	1223
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1224
1.5.5	Efeito regressivo	1224
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte.....	1225
1.7	Recurso adesivo.....	1225
4.	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044)	1231
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1231
1.1	Conceito.....	1231
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente.....	1232
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973.....	1232
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias	1233
1.3	Efeitos da apelação.....	1234
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo.....	1235
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura.....	1237
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação.....	1238
1.3.4	Efeito suspensivo.....	1239
1.4	Procedimento na apelação.....	1242
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial	1243
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1244
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes.....	1244
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1248
2.1	Noções gerais.....	1248
2.2	Hipóteses de cabimento.....	1248
2.2.1	Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa.....	1253
2.3	Procedimento.....	1254
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1254
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1256
2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1257
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação.....	1258
2.3.5	Ampliação do órgão colegiado.....	1259
3.	Agravo interno (art. 1.021)	1262
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1265
4.1	Conceito e cabimento	1265
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1267

4.3	Embargos para efeito de prequestionamento	1268
4.4	Procedimento.....	1269
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1270
4.5	Efeitos.....	1271
4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1273
5.	Recurso ordinário (art. 1.027)	1274
5.1	Conceito e cabimento	1274
5.2	Procedimento.....	1276
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1277
6.1	Aspectos em comum.....	1277
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1280
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1281
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas	1282
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1283
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp.....	1284
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1284
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1286
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário....	1287
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial	1289
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1290
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1292
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1294
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042).....	1296
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044)	1300
8.1	Noções gerais.....	1300
8.2	Cabimento.....	1301
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário	1302

Parte VI – Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único.	Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072)	1307
1.	Introdução.....	1307
2.	A <i>vacatio legis</i> do CPC.....	1307
3.	Aplicação do CPC atual aos processos em curso.....	1308
3.1	Processos regulados pelo CPC/1939.....	1310
4.	Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1311
5.	Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051).....	1312
6.	Insolvência civil.....	1312
7.	Regras especiais de transição.....	1312

7.1	As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual.....	1312
7.2	Prescrição intercorrente	1313
7.3	Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional.....	1314
7.4	Depósitos judiciais	1315
7.5	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	1315
8.	Alterações legislativas.....	1316
8.1	Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.....	1316
8.2	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem	1316
8.3	Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1317
8.3.1	Aplicação do incidente de descon sideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1317
8.3.2	Embargos de declaração.....	1318
8.4	Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral	1319
9.	Dispositivos revogados.....	1320
10.	Usucapião administrativo ou extrajudicial.....	1322
10.1	Competência.....	1323
10.2	Requerimento da parte interessada.....	1323
10.3	Procedimento.....	1324
10.4	Não obrigatoriedade da via administrativa.....	1325
10.5	Intervenção do Ministério Público.....	1325
	Referências bibliográficas	1327